

APRESENTAÇÃO

O Dossiê “Ruralidades contemporâneas: trabalho, relações de gênero e étnico-raciais” surgiu da pertinência de se discutir questões relevantes do mundo rural, bem como suas interconexões socioterritoriais. Dessa forma, o dossiê acolheu artigos que propõem enxergar a diversidade do mundo rural e interpretam esse território-espelho a partir das suas contradições, das relações com as diversas formas de produção e com os processos de desenvolvimento rural. Destacando-se, ainda, as relações de gênero, geracionais e étnico-raciais como temas centrais na configuração das relações de poder.

Apresentamos a finalização desse dossiê com imensa alegria, ciente de que cumpriu os objetivos que a Revista Interdisciplinar em Educação e Territorialidade (RIET) - do Programa de Pós-Graduação em Educação e Territorialidade (PPGET - UFGD) - se propõe a fazer, e que diz respeito a publicação de trabalhos que dão conta das diversidades presentes no território brasileiro.

A organização desse número foi possível por causa do empenho de várias mãos que se colocaram à frente para publicá-lo. Assim, agradecemos imensamente a profa. Dra. Andreia Sangalli, Editora-chefe da revista, que com empenho e dedicação incansável se colocou à disposição para finalizá-lo e tornar esse sonho possível. Também gostaríamos de agradecer ao servidor Givaldo Ramos, que mesmo vivenciando momentos difíceis, não se absteve de ajudar na organização desse número, bem como os demais funcionários da Editora da UFGD.

Ademais, esse número se insere como parte de um esforço coletivo e de uma articulação em rede que uniu pesquisadoras de diversas instituições de ensino/pesquisa: Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e Institut de Recherche pour le Développement (IRD – França). Foi a partir desse lugar/olhar, experienciados pelas organizadoras, que os artigos apresentados foram articulados. A prioridade foi trazer à tona trabalhos que priorizassem a intersecção do rural com as questões de gênero e étnico-raciais.

O Dossiê baseou-se no escopo analítico da revista, e tem por prioridade a análise das dinâmicas de vida engendradas pelas populações do campo em suas múltiplas dimensões (social, econômica, política, cultural, educacional e ambiental), sob uma perspectiva teórico-metodológica crítica e interdisciplinar.

Apresentação

Com base nestas reflexões a organização desse número abordou as seguintes temáticas:

- cultura, meio ambiente e a diversidade geracional, étnico-racial e de gênero nos territórios rurais;
- ruralidades, modo de vida e a identidade das populações do campo;
- as diferenças de racionalidades entre as classes socioterritoriais no campo;
- resistências urbanas e ruralidades
- a diversidade das relações de trabalho no campo;
- Movimentos sociais do campo;
- políticas públicas de desenvolvimento territorial no campo.

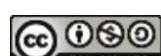
A discussão sobre ruralidades compreende o mundo rural como portador de múltiplos significados e, desde meados do século XX, aponta para o fato de como a modernização da agricultura e a proximidade com os grandes centros urbanos trouxeram ao espaço rural uma maior problematização de sua existência enquanto realidade social. Ou seja, se antes o rural era interpretado de forma quase majoritária pela literatura como um lugar de relação com a natureza, da produção agropecuária e da moradia; agora, ele passa a ser analisado a partir dessas novas realidades.

Sob esse aspecto, tem-se uma reconfiguração das relações estabelecidas historicamente entre o lugar e os sujeitos do rural. Daí, a ruralidade emerge enquanto categoria que tenta abarcar a diversidade populacional do mundo rural, suas simbologias, cultura, educação, relações e trabalho, modos de vida e sociabilidades, juventude, relações de gênero e étnico-raciais.

Assim, os debates apresentados no Dossiê se apontam, em cada artigo, para essa problematização. Selecionados em meio a contribuições – plurais e diversas - de diferentes autores, os trabalhos evidenciam uma construção do conhecimento científico propositivo e que dialoga com a realidade social em que se vive.

Diante desta conjuntura, sistematizamos aqui 12 artigos científicos, uma resenha e uma entrevista, que se desafiam a contribuir para a compreensão da diversidade dos territórios/territorialidades das populações do campo, com suas formas de produção e de vivências.

Abrimos o dossiê com o artigo **“Resistências urbanas e novas ruralidades: redesenhos dos territórios e dos espaços de vivência e de luta nas sociedades contemporâneas”**. Elaborado por Giuseppa Maria Daniel Spenillo, o trabalho traz uma análise sobre os fenômenos envolvidos na metamorfose da luta social de resistência. Este direito constrói-se das expectativas de uso da cidade e, nas últimas décadas, vem se transformando num direito à vida urbanizada – dado o reconhecimento de que urbano e rural se descolam dos territórios tradicionais e se



Apresentação

transformam em espaços de relação, criação, convívio e identidade. Nesse sentido, são apresentados exemplos das ruas e dos territórios virtuais da internet em busca de conhecer os sujeitos que resistem e as causas de suas resistências ao sistema-mundo hegemônico. Pretende-se assim demonstrar que as ações políticas de resistência recolocam na vida urbanizada contemporânea elementos do chamado mundo rural, construindo novas ruralidades – novas significações, novos vínculos e relações com o meio ambiente, com a natureza, com a humanidade e com a comunidade.

O artigo “Educar” para territorializar e territorializar para “Educar” na Amazônia paraense: estudo de caso sobre a disputa territorial e educação do campo em Moju (PA), foi desenvolvido por Herique Heber dos Santos Reis, José Sobreiro Filho e Deisiane Souza, e traz como abordagem principal a disputa territorial promovida através dos modelos de educação entre o campesinato e o agronegócio em Moju (PA). As conflitualidades ocorrem, sobretudo, pela apropriação, subordinação e destruição do território camponês por meio da educação implementada nas escolas do espaço agrário sob a perspectiva urbanocêntrica e do agronegócio que, por sua vez, não contemplam o desenvolvimento popular do campo. Destaca-se também o significativo papel da escola desta comunidade rural dentro dessa dinâmica de territorialização e manutenção das relações territoriais da empresa. Tendo em vista que é importante introduzir uma educação que de fato represente e atenda o campesinato e as comunidades tradicionais desde e para os seus respectivos territórios, o artigo também contém as críticas no que se refere à imprescindibilidade de efetivação da Educação do Campo.

Rosana Fernandes de Oliveira Frutuoso apresenta o artigo intitulado “Atores e Políticas Públicas: dificuldades e estratégias na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Remígio – PB” em que analisou a execução da Lei 11.947/2009 no município de Remígio – PB no ano de 2017, bem como a participação dos atores envolvidos no processo das compras institucionais. A metodologia adotada foi de estudo de caso, no acompanhamento da primeira Chamada Pública para identificar as dificuldades e entender quais as estratégias definidas pelos atores sociais, identificados como “atores hábeis”. Os resultados mostraram que, a criação da Casa da Merenda foi um importante passo para sanar o problema de estoque de alimentos, além disso, a participação das mulheres no PNAE demonstrou que através de uma construção coletiva elas puderam alcançar novos espaços de venda de seus produtos, permitindo a busca por autonomia. No entanto, observou-se que, embora os atores tenham criado estratégias para melhorar o funcionamento do PNAE, elas não foram suficientes para resolver questões burocráticas, estruturais, organizacionais devido à própria complexidade do Programa.

Na sequência, o artigo “A política territorial e o Fórum da Borborema: experiência e discussões” é apresentado por Rony Willams Frutuoso de Souza e Rosana Fernandes de Oliveira Frutuoso. A pesquisa apresenta o recorte de um território rural com um considerável

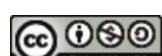


Apresentação

capital social, representado por diversas organizações sociais e ativos atores do poder público, interessados na proposta territorial, e as diversas dificuldades nos momentos de articulação de propostas em conjunto cujo objetivo era fortalecer o próprio colegiado. Os recursos utilizados nesta pesquisa foram de textos relacionados à temática, atas e relatórios das atividades do colegiado, assim como relatos de atores que estavam envolvidos com essa política pública na região da Borborema paraibana. Apesar de alguns bons resultados na aplicação da política territorial, devemos pensar também nos vários aspectos que dificultaram a execução da mesma, como o conflito de interesses entre os vários atores envolvidos e a burocracia que de certa forma impediu a concretização de alguns projetos acordados no colegiado e, principalmente, pensar na fragilidade das políticas públicas executadas no país, assim como, refletir também como e quando a ação pública poderá efetivamente tornar-se uma alternativa consistente para o campesinato brasileiro e suas organizações.

As “**Políticas públicas e assentamentos rurais: os impactos sociais dos cortes de investimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Assentamento Itamarati II -MS**” são discutidas por Leonice Alexandra Tessmann de Correia. A pesquisa analisou a diminuição dos investimentos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no assentamento Itamarati II, município de Ponta Porã -MS, entre os anos de 2015-2017. Com isso, buscamos compreender os impactos – econômicos e sociais - dessa perda de recursos nas famílias excluídas do programa, bem como naquelas que tiveram projetos aprovados parcialmente. A diminuição dos valores e o eventual enfraquecimento do PAA tem se revelado um drama na vida dos assentados da reforma agrária, tendo em vista que essa política pública é uma das principais responsáveis pelo escoamento da produção na agricultura familiar e uma porta de entrada para outros programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e outra modalidade de Programa de Aquisição de Alimentos, que é chamado compra institucional, onde os alimentos são adquiridos para órgãos governamentais (quartéis municipais, por exemplo).

No artigo “**Reflexões sobre o saber local e o saber ocidental dominante: alternativas e destruição da biodiversidade**”, Jaqueline Pardinho Braz e Katiuscia Moreno Galhera propõem uma reflexão teórica, fruto da necessidade de se debater em torno das formas de saber e suas implicações. O objetivo consiste em apresentar o saber local e suas alternativas ao desenvolvimento, frente ao saber ocidental dominante, construído e reproduzido como superior aos demais saberes. Como resultado desse processo, o saber que se julga dominante/oficial acaba por gerar um tipo de monocultura da mente, o qual implica em limitações na sua estrutura e favorece a destruição da biodiversidade nas comunidades locais, motivando, ainda, o discurso da maximização do lucro. Diante desse cenário, é necessário reconhecer e resgatar os saberes locais, como solução aos problemas causados pela lógica dominante. Esse trabalho se insere dentro de uma perspectiva teórica, e sua realização se deu por meio de uma revisão bibliográfica. Para isso, foram considerados autores que abordam a temática, como a Vandana Shiva que tratará a Monocultura da Mente.



Apresentação

Permanecer no campo: notas sobre juventude, gênero e sexualidade no mundo rural, organizado por Leonardo Rauta Martins, enfoca o robustecimento dos estudos sobre gênero e juventude rural nas últimas décadas, destacando a transição ocorrida nos estudos de juventude: de uma perspectiva focada na saída dos jovens das áreas rurais para outra centrada na compreensão da permanência desses sujeitos nesses espaços. Como forma de contribuir para esse debate, este texto objetiva discutir o fenômeno da permanência dos jovens no campo a partir da interconexão entre os temas juventude, gênero e sexualidade, demonstrando a importância destas questões na efetivação da permanência da juventude no campo.

Telma Regina Batista Nascimento, através do Título “**Trabalhadoras rurais, vulnerabilidade social e participação: atualidade da pedagogia freireana**”, discute o papel da pedagogia de Paulo Freire enquanto principal base da Educação Popular presente nas lutas das trabalhadoras rurais do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares (SINTRAF), contra os processos de desigualdade/exclusão implicados a vulnerabilidade social no meio rural do município de Serrinha, Território do Sisal baiano. O método utilizado foi a revisão bibliográfica, de base sociológica e educacional, tomando como referências uma dissertação, uma tese, um webnário, livros e artigos. Como encaminhamentos da pesquisa, verificou-se que as lutas e as conquistas das trabalhadoras rurais apontam para a relevância da pedagogia freireana, base fundamental da Educação Popular, na construção de espaços contra hegemônicos a lógica de exclusão e das vulnerabilidades decorrentes do sistema capitalista.

Ainda na linha das lutas pela Educação Popular de Paulo Freire, o décimo artigo é apresentado pelas autoras Luciana Pereira Higino, Gislaine Carolina Monfort e Laura Jane Gisloti. O trabalho “**Mulheres camponesas tecendo redes de apoio mútuo como autodefesa dos corpos-territórios contra a violência patriarcal no assentamento Santo Antônio, sul de Mato Grosso do Sul**”, contribui com registros sobre a violência patriarcal produzida contra os corpos femininos e, neste contexto, consideram que as mulheres do campo vivem a intensificação dessas condições, nas lutas pela sua sobrevivência e pelos territórios de vida. Este é um estudo qualitativo, descritivo e reflexivo pautado na abordagem da teoria feminista e anticolonial, objetivando por um lado, investigar aspectos sobre a violência patriarcal contra as mulheres do assentamento rural Santo Antônio, em Mato Grosso do Sul. Também mencionam aspectos relacionados ao acolhimento e às redes de apoio acessadas pelas mulheres para o enfrentamento e combate à violência patriarcal. Encontramos como padrão a presença da violência sexista nas suas mais diversas expressões, de forma que a principal rede de apoio encontrada por essas mulheres está entre outras companheiras do assentamento. Consideramos que a consciência e a disposição das mulheres camponesas que despertam a esperança para que lutas de libertação das mulheres sejam construídas, a partir da base e do apoio mútuo entre as mulheres, para assim exterminar da sociedade a estrutura patriarcal que violenta mulheres de todos os territórios.



Apresentação

Os territórios dos povos originários estão representados nas temáticas investigadas nos dois próximos artigos. Wellington Ferreira de Freitas Filho, Josemar Adelino de Farias Júnior e María Esther Martinez Quinteiro apresentam o artigo “**Cultura indígena Jenipapo-Kanindé: o caso da mandioca**”. O povo Jenipapo-Kanindé, formado por 328 habitantes descendentes dos indígenas Payaku, residem na Terra Indígena Lagoa da Encantada, localizada no município de Aquiraz, Ceará, Brasil. Perderam seu idioma materno e falam a língua portuguesa, com fortes influências dos dialetos de outras tribos do Nordeste. Quebrando o ciclo de sociedade patriarcal, elegeram, por meio de votação, a primeira mulher cacique do Brasil. Ao deslindar a pesquisa, os autores escolhem uma narrativa sócio-histórico do cultivo da mandioca nas terras indígenas, mostrando como esta cultura agrícola possui grande rusticidade e imensa capacidade de adaptação a condições desfavoráveis de solo e clima. O tubérculo pode ser chamado de macaxeira ou aipim, dependendo da região de consumo e representa uma das culturas mais importantes para alimentação dos indígenas sul-americanos. Dito isso, passam a apresentar o povo Jenipapo-Kanindé bem como o cultivo da mandioca entre eles, o modo de consumo e a obtenção de renda por meio da comercialização de itens produzidos pela etnia. Tendo a interpretação antropológica como base metodológica, utilizaram a descrição densa de Geertz e uma revisão da literatura especializada sobre o tema para descrever os dados obtidos na pesquisa de campo. Como resultado da pesquisa, apontam que a mandioca não apenas fornece recursos nutritivos de base energética para a comunidade, como continua sua maior fonte de renda - como acontece na maioria das comunidades indígenas do Nordeste do Brasil.

No último artigo, Cristiane de Menezes Vieira Bline, através da pesquisa intitulada “**A transferência do conhecimento tradicional/tácito para o conhecimento explícito, como forma de proteção à cultura da comunidade da terra indígena Mãe Maria**”, apresenta o processo de transferência de conhecimento tradicional/tácito entre o Povo Gavião que habita a Terra Indígena Mãe Maria no município de Bom Jesus do Tocantins, no Sudeste do estado do Pará. Para isto mobilizou-se conceituações da administração com intuito de ajudar a pensar as práticas indígenas, como práticas inerentes à uma organização social que busca atingir determinados objetivos. Dentre estes conceitos elencam-se o conhecimento tácito, conhecimento explícito e gerenciamento de conhecimento. Além disso, outra abordagem consiste em debater aspectos da legislação brasileira no que concerne à Propriedade Intelectual em relação aos direitos dos povos indígenas de usufruírem da proteção e, possíveis resultados inerentes à propriedade intelectual com base nos conhecimentos tradicionais. O desenvolvimento deste trabalho se deu por intermédio de uma pesquisa bibliográfica, na qual foi identificado diversas estratégias, que o Povo Gavião tem desenvolvido ao longo do tempo a fim de sistematizar, transmitir e reproduzir aos mais jovens conhecimentos referentes à sua história, língua, organização social e política. A transferência do conhecimento tácito para o explícito foi constatada na produção acadêmica ao longo dos anos, em documentários e livros de autores indígenas, em



Apresentação

que demonstram que dentro da Terra Indígena há produção e reprodução dos saberes tradicionais adequados para a proteção da cultura.

Lediane Pereira Ramos organizou a **Resenha do livro: Lugar de Fala de Djamila Ribeiro**. Lançado primeiramente em 2017 por Djamila Ribeiro, que é o primeiro da coleção “Feminismos Plurais”, a autora abrange as interseccionalidades relacionadas às desigualdades raciais e de gênero a partir do olhar de autoras negras e de sua própria experiência enquanto mulher negra e, também, autora. Djamila traz nos três capítulos do livro diversas discussões e reflexões, dentre elas a importância do feminismo da mulher negra, o silenciamento e a invisibilidade histórica que esta parcela da população sempre esteve instituída. Lugar de fala é uma obra advinda da militância da própria autora e das outras mulheres destacadas nos textos, buscando sempre uma representatividade nos diversos espaços da sociedade, em que a mulher negra sempre esteve sub representada ou teve sua participação anulada. Assim, a obra busca representações teóricas negras, possibilitando o protagonismo feminino negro em locais que antes não eram permitidos.

Encerrando o Dossiê, apresentamos uma entrevista concedida pela pesquisadora Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva, que por meio de um vasto campo de pesquisa na sociologia rural, nos presenteia com uma revisitação de sua obra, fazendo uma rememoração que abarca desde sua formação inicial, na década de 1960, sua iniciação na docência no ensino superior, até os dias atuais, em mais de 40 anos ininterruptos de dedicação à carreira acadêmica.

Desejamos a todas e todos uma excelente leitura!

Dourados/MS, 2023.

